



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Relatório de compra de medicamentos. Indicação do órgão competente para responder a solicitação. Fornecimento das UGEs responsáveis. Possibilidade de consulta direta pelo interessado. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 256/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, apresentando recurso de segunda instância ao pedido formulado sob o protocolo SIC de número 632741713823, solicitando a emissão de um relatório do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM com detalhes sobre as compras de medicamentos para cada Unidade Gestora (UGE) da Secretaria da Saúde, de 2015 a 2017.
2. Na ocasião, o ente respondeu oferecendo a listagem contendo o nome e CNPJ das Unidades Gestoras que possuem autonomia para comprar medicamentos, assinalando que, com estes dados, seria possível o levantamento das informações requeridas junto à Secretaria da Fazenda, mantendo a resposta em recurso. No presente expediente, a Secretaria informou que o recurso deveria ser impetrado no protocolo SIC anterior, mantendo a resposta em recurso. Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em diligência, a Ouvidoria Geral do Estado questionou a Secretaria da Saúde sobre a existência do relatório solicitado, bem como sobre a possibilidade de se facultar a consulta in loco aos relatórios de compras de medicamentos por parte do interessado. Em resposta, a Chefia de Gabinete da Pasta forneceu novamente a lista das Unidades Gestoras.
4. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública.
5. No caso em apreço, o ente enviou as informações contidas no seu banco de dados – relação de UGEs que adquiriram medicamentos nos anos de 2015 a 2017, indicando-a como útil à busca das informações almejadas perante a Secretaria da

MKL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Fazenda, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso III da Lei de Acesso à Informação.

6. A Lei assegura acesso livre a informações já existentes e custodiadas pela Administração Pública; caso as mesmas não estejam compiladas, a vigente norma garantidora do acesso à informação pública preceitua o oferecimento de meios para pesquisa direta do interessado, de modo a assegurar o livre acesso a dados estatais.
7. Assim, desde que preservadas eventuais informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se necessário facultar consulta direta pelo interessado, oferecendo-se meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, no âmbito da Secretaria da Saúde, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.
8. Por derradeiro, importa salientar que, em pedidos anteriores, matéria análoga foi apreciada por esta Ouvidoria Geral do Estado, havendo manifestação da Procuradoria de Assuntos Tributários, o Parecer PAT nº 023/2015, aprovado pelo Procurador Geral do Estado, segundo o qual a nota fiscal eletrônica pode ser fornecida quando em posse do órgão responsável pela contratação, por não ter sido adquirida em virtude de atividade tributária.
9. No caso em apreço, o requerente solicitou acesso às informações da Secretaria da Saúde na qualidade de contratante, não havendo sigilo a ser invocado.
10. Ante o exposto, sendo existentes os dados almejados e havendo possibilidade de consulta direta pelo interessado às informações nos locais em que se encontrem custodiadas, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso I, e §3º, da Lei nº 12.527/2011, devendo-se adotar, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
11. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de novembro de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL